

# O FAROL PAULISTANO.

*LA liberté est une enclume qui usera tous les  
marteaux.*

QUARTA FEIRA 21 DE FEVEREIRO.

## OFFICIO

Jfm. e Exm. Sr. — Sendo esta Provincia de São Paulo talvez a unica, que ainda não tem na sua Capital uma officina Typographica, tão necessaria para dar a devida extensão ás sciencias, e fazer correr o fluxo da civilização, eu não duvido representar a V. Ex. para o fazer subir á Augusta Presença de S. M. o Imperador, a fim de que se Digne expedir as ordens necessarias para ser enviada quanto antes a esta Cidade a Imprensa, que já estava para isso destinada, e prompta com todos os caracteres, e seus pertences, e um Impressor para o seu estabelecimento, e direcção: e q. não possa vir gratuita, pego so menos licença para a sua erecção por conta dos parte-lares, que não duvidão subscrever para um fim tão interessante.

De sãendo d'este estabelecimento o progresso da instrução publica, e austa a felicidade dos Imperiaes, p' o objecto mais digno do cuidado dos Imperiaes, visto que a propagação que cresceu as luzes dos habitantes da Provincia, deve crescer tambem a facilidade de espalhar rapidamente as luzes por meio da imprensa, devo esperar que S. M. o Imperador se Dignará deferir a sobre dita representação, q. que será mais uma prova da sua Pat. e Beneficencia pelo bem particular da Província e geral prosperidade do Imperio. D. de G. e V. Ex. São Paulo 11 de Junho de 1827 — Jfm. e Exm. Sr. Marianno José Pereira da Fonseca. — Lucas Antonio Monteiro de Barros.

*Igual representação se fez pela Secretaria  
de Estado dos Negocios do Imperio em  
11 de Agosto do referido anno.*

Foi-nos facultada a copia deste Officio, que publicamos, para que todos conheçam quanta vontade tinha o Exm.º Presidente de que houvesse Imprensa nesta Provincia, e quanto a politica do Ministerio, que então nos regia, tinha illudido os desejos e esperanças deste honrado Presidente, orgão, muito principalmente a este respeito, de uma das melhores porções do povo Brasileiro.

Portarias liberaes e grandiozas apparecerão no Diario Fluminense a cerca da Typografia, que para S. Paulo devia vir, mas nada de Typografia para S. Paulo! Alguns Paulistas a fizeram comprar no Rio de Janeiro, à Imprensa Nacional, porem, quando ella estava já encaixotada para embarcar, appareceu, ou se disse haver ordem em contrario. E que importa tudo isto? A Cidade de S. Paulo já tem uma Typografia, e o seu tal qual Farol Paulistano. Não podemos todavia conter a nossa auctoridade á vista das seguintes palavras do Officio: pego licença para sua erecção por conta dos particulares, que não duvidão subscrever para um fim tão interessante = Estas linhas fazem despertar reflexões bem interessantes á face da ampla facilidade que a Constituição confere a todos os Cidadãos na emissão de seus pensamentos. Será mister licença para egger todos e quaisquer direitos constitucionaes, ou só para este é que se faz precisa? — O Redactor.

## CORRESPONDENCIA:

Sr. Redactor.—Ha muito que somos regidos pelo systema constitucional; e vejo que entre nos ainda existe um flagello, que nas monarchias absolutas costuma a nascer do seio das tempestades publicas, em tempos em que a razão não manda, e quando se se escntão os dictames da vingança e da suspeita: quero fallar da *Policia Geral*.

Este poder formidavel, de invisivel força e movimento, não sei como possa ser filiado na Constituição que nos deve governar: seguramente não é ramo do *legislativo*, nem do *moderador*, nem do *executivo*, nem do *judicial*. Isto escusa de demonstrar-se; basta que reflitamos nas defnições que de cada um destes poderes dá a nossa lei fundamental, para conhecermos que de nenhum se deduz tão barbara instituição. Todos elles são sujeitos a formulas determinadas, a restricções, n'uma palavra, obrão em virtude da lei; a *Policia* porem rege-se pelo segredo e pelo terror, meio tremendo e forte, mas desconhecido da Constituição, que em tudo quer a publicidade, menoa em poucos actos ministeriaes, e isso ainda temporaria e não perpetuamente. No entanto, a *Policia*, sem ser cousa alguma pela Constituição, arroga se as attribuições de quasi todos os poderes politicos: legisla, julga, e tem ao seu dispor os dinheiros nacionaes e um exercito de espias e denunciantes. Para que se não estranhe o dizer eu que a *Policia* legisla, citarei o regulamento que ha tempos deu o actual Intendente, pelo qual faz todos os cidadãos responsaveis aos seus commissarios, munindo a estes de uma illimitada authoridade; e consta-nos tambem que no Rio de Janeiro os cassadores pagão por sua ordem uma tacha, o que todavia ainda não verificamos; e qualquer destas cousas pertencem exclusivamente á Assembleia.

Ora, quando a *Policia* não offerecesse outro inconveniente, que o de estar fora do systema constitucional, era isso mais que sobejo para a proscrivermos, mas ella é tambem *inutil, perigosa e immoral*. Tratemos de o demonstrar.

Sei bem que os governos, sempre cheios de suspeitas e receios, defendem a existencia da *Policia*, dizendo que ella serve para manter a ordem, para livrar os cidadãos nns dos ontros, precavendo as suas faltas e desvarios, e em fim para auxiliar a justiça naindagação dos delictos e crimes. Porem antes que a sombria e aterradora politica do *Marquez de Pombal* se lembrasse de semelhante medida, os juizes fazião muito bem o seu officio, e ninguem será capaz de provar que então se commettessem mais crimes. Os casos ordinarios não são os que derão nascimento à *Policia*: os governos, querendo ter sobre cada cidadão a mais immediata e decidida influencia, e temendo as levas da civilização, que de todas as partes lhes fazião nos olhos, elle irão com o nome de *Policia Geral* esse infernal systema de espionagem e de vingança. Ella (dix Mr. Berenger) illude o povo sobre os seus verdadeiros intentos: algumas vezes, com falsas noticias, destramente espalhadas, intimida os bons cidadãos, e consegue do medo e que não conseguiria jámais do consentimento, esforça se em propagar principios reprovados pela razão, em

extinguir a razão, e clarão por extremo vivo conturbado o desmoronamento. Se a nação está dividida em partidos, presta soccorros ao mais favorecido do governo, ajudando a opprimir o contrario. Outras vezes, penetra no sanctuario da politica, e com promessas ou ameaças, busca obter sentenças iniquas. Cria conspirações e delictos imaginarios, para ter occasião de os reprimir e augmentar por este meio odioso a força do governo. Se o povo se ajunta para eleger, insinua-se por entre as suas filas, para apoderar se dos votos; e se elle mostra sobejo estima para com certo candidato, que sempre dá provas de patriotismo e de independência, eil a remessando contra esse homem, seja embora um Aristides, todas as settas da calumnia; faz que seus gazetarios e folhetistas o difamem, e se Aristides se quer justificar ou queixar, todas as impressas, todos os periodicos terão a prohibição de receber a sua defeza. Com o ouvido sempre à escuta, transforma em palavras sediciosas as queixas mais innocentes e ainda as mais justas: habil em aproveitar todos os meios de ler no pensamento, violando o segredo das cartas, compra os creados para delatarem os amos, e commette toda casta de perfidia. Fadigado de tanto excesso, solta o povo alguns murmuros; oh! que enchame de satellites seus, sob o falso nome de soldados, não estará com os olhos ao primeiro signal, para manejar contra os seus concidadãos armas que so se deverião tomar contra os inimigos do Estado!

Este quadro talvez pareça exagerado; mas recordemo-nos do *nesso reinado de terrôr*; isto é, do tempo que se seguiu immediatamete á dissolução da Assembleia Constituinte.

Ora, apexar destes inconvenientes, preencherá essa *Inquisição Politica* o seu primitivo fim, quero dizer, tera descoberto ou acautellado as conspirações, de que tanto os governos se temem, e que fixerão nascer tão odioso aborto? Eis aqui um ponto mui digno de ser examinado. Para vos provar quanto a *Policia Geral* tem sido inutil no descobrimento das conspirações, não vos citarei argumentos extrahidos de auctores liberaes, sempre suspeitos ao partido do poder, citar-vos hei o *Visconde de Chateaubriant*, tão conhecido por suas ideas ultra realistas: em sua obra *A Monarchia segundo a Carta* aponta elle muitas conspirações tramadas na França, de que a *Policia* nunca teve o menor conhecimento; e conclue que o accepo e o zelo de alguns tem feito mais a este respeito que a *Policia Geral* com todos os seus recursos e violencias. Mr. Berenger, escriptor sumamente moderado, pergunta se ella, em alguma epoca da revolução Franceza, previnha os projectos dos facciosos? Pergunta se a explosão da rua de *St. Lucaise*, os projectos de *Mallet* e de *Lahori*, o que houve em 1814, as insurreições de *Grenoble* e de *Lião*, de *Mortargis*, de *Blois*, e de ontros muitos lugares, forão precavidas pela *Policia*? Em fim, para mostrarmos a inutilidade das insurreições, não precisamos de buscar argumentos fora; digão me qual é o projecto revolucionario descoberto, ou precavido pela *Intendencia Geral da Policia*, desde a revolução de Portugal, e durante a do Brasil, que foi uma continuação della? Por certo não me hão de apontar. Se pois a *Policia*

*Verari* não serve para acantellar, ou descobrir as conspirações, fim para que foi primitivamente creado. Quaes são os serviços que ella presta á Nação? Em tempos tranquilos, a sua acção sobre os crimes ordinarios ou é inutil, ou se oppõe á Constituição; porque se ella segue as formulas legais para com os suppostos reos, se os não prende sem culpa formada, se respeita as suas casas como um azilo sagrado, ahí temo os juizes, e por isso escusamos de um poder indifinido, que não entrou na organização da lei fundamental; se, pelo contrario, prende, persegue, dá buscas, por mera suspeita, vai contra as garantias individuais, e por consequencia contra o systema actual. Ora, nas crises do Estado, quando nem sempre se podem guardar as formalidades com os suspeitos, é a *Policia Geral* inteiramente inutil, porque, como se suspende o *habeas corpus*, os mesmos juizes tem auctoridade de obrar nesses casos com toda a presteza e vigor.

A *Policia Geral* é perigosa, disse et, e com effeito, não só é perigosa, é ate perigosissima.

O seu chefe acumula um poder immenso; é como um ministro que em si absorve as attribuições de todos os outros, e obra sempre independente: tem um exercito secreto á sua disposição, e o mysterio é da essencia do seu emprego. Figuremos o Intendente da *Policia* um traidor (Advirto que fallo em geral, e não de homem algum em particular, fallo da instituição, e não dos individuos), nesta hypothesi, diz o *Visconde de Chateaubriant*, como os segredos do governo está entre suas mãos, elle conhece lhos fracas, os pontos por onde pode ser atacado. Uma ordem emanada do seu escriptorio pode encadear todas as forças legais. Os seus agentes trabalham com segurança, meditam nos meios, são avisados do momento favoravel. Em quanto adormece o governo, podem os conspiradores ser advertidos de tudo que lhes importa saber. E sem risco elle trava uma correspondencia com os inimigos da patria, de baixo do sello inviolavel do seu ministario; e pela multidão de agentes invisiveis os pode pôr ao alcance do intimo arcano do gabinete do monarcha. Acrescentai a isto a influencia que adquire o chefe da *Policia*, podendo dispendir grossas quantias, sem que seja obrigado a justificar o seu bom emprego, nem a nomear os homens a quem tem pago esses infames serviços.

Não se diga que este receio é vão. Em França ja se e. Regarão homens a vigiar sobre a *Policia*; e por esta dobrada espionagem, é que o throno calmava o temor em que fluctuava. Bonaparte, apesar das suas precauções, se viu obrigado a temer a, a ponto de se não atrever a dimittir um chefe dessa repartição que se lhe tinha tornado suspeito. E quem nos affiança que não venha a acontecer no Brasil o mesmo que ja aconteceu em outra parte? Então, qual será o condador que em si tenha tanta força e meios para chegar á seus fins? A vista destas razões, não sei como se possa negar que esta instituição é perigosissima ao Estado e ao monarcha.

Dos pontos que me propuz a demonstrar, o terceiro me parece mais facil. A marcha da *Policia* gera a immoralidade no seio da Nação. Ella não se serve da lei para descobrir e julgar dos crimes

a espionagem é o seu arrimo. É mister que vá comprar o eriado, a fim que este venda a seu amo; que sedusa o filho, a fim que este entregue a seu pae; que arme laços á amizade, á innocencia. Se a fidelidade se cala, a *Policia* a persegue por esse mesmo silencio que se obstina em guardar. Isto, diz *Chateaubriant*, é recompensar o crime, e castigar a virtude. Mas aqui não pára a corrupção: ella favorece o despotismo, e sempre em acção, trabalha de continuo por destruir quanto se oppõe aos ataques do poder; e a todos que se distinguem na delação, na espionagem, condecora com dignidades, com insignias, como para dar honras ao crime, e confundir com as acções de um infame as do varão prestatore e virtuoso, a quem o governo tambem premeia com os mesmos instinctivos. Ainda mais: a *Policia* para seus fins busca peitar os magistrados, e consegue desvairal os; e eis um meio de propagar efficazmente a immoralidade, o ir envenenar as fontes donde se distribue a justiça aos membros da sociedade. E por desgraça este contágio tem lavrado muito em todas as Nações que admittem uma tal instituição: o terror, a ambição faz dos magistrados uns satellites desse poder formidavel; e as nobres excepções são bastantemente raras. Que se deve pois esperar de uma instituição que tende a corromper aquelles de quem deve manar ao povo a moral e bons principios? Quantas vezes os magistrados não tem sido constrangidos a receber o depoimento de testemunhas, que ao mesmo tempo forão os delatores da victima? Em fim, a lei é nada no tribunal da *Policia*; de baixo do especioso veo de *salvação da Patria*, ella esquece os deveres mais santos, e conduz ao patibulo centenas de infelizes. Conhecendo a sua inutilidade, para se fazer necessaria, se aproveita das calamidades publicas; e quando o acaso tem descoberto um conluio, ou os bons cidadãos tem opposto barreiras e vencido os rebeldes e perturbadores, ella se assenhoreia do campo, escruta e desenvolve todas as dobras da rebelião, e qual a ave de rapina sobre os cadaveres, se lança sobre os culpados, que então ja não são temiveis, e devem ser julgados segundo o rigor e a equidade das leis; e para mais ostentar de zelosa, acrescenta aos verdadeiros crimes crimes imaginarios, tudo em ordem a encobrir a confusão em que se acha de se ter mostrado incapaz de precaver a conspiração que se tramou de baixo dos seus proprios olhos. Nesse momento nada lhe é sagrado pae, mães, filhos, irmãos, amigos, tudo procura afervorar e corromper; e vê em cada cidadão um delator e uma testemunha falsa. Nestes tempos, na nossa mesma patria, não temos visto semelhantes exemplos? Appello para as consciencias dos Brasileiros; e depois perguntar-lhes hei se não é immoral uma instituição que obriga a tantos crimes, a tanta corrupção?

Se pois é inconstitucional, inutil, perigoso e immoral esse poder invisivel, porque os legisladores o hão de consentir? Confiamos na sabedoria da Assembleia; e os projectos que na sessão passada ja apparecerão a este respeito, alimentão as esperanças que temos de ver o Brasil sem esse flagello.

Mas, Sr. Redactor, assás tenho fallado da

*Intendencia Geral da Policia;* e apesar da promessa que me fas de não declarar o meu nome, e da cautella que tive de examinar se na escada havia algum embaçado, se no quarto immediato se em que eu escrevia, se acontava algum espia; apesar, digo, de todo o cuidado em encobrir-me, temo que a Policia ja o saiba, e tenha o meu nome inscripto no seu livro negro. Mas em fim a Constituição me dá uma tboa em que me pertendo salvar: oh Jurados! oh sagrada instituição! em vós descanso, e á sombra da vossa rectidão vou entregar-me ao somno, que a não serdes vos, hoje fugeria dos meus olhos.—Do seu criado

O Tranquillo.—

Participamos aos Meritissimos Magistrados d'esta Cidade, que é mui grande e geral a queixa do publico contra o Contador e Distribuidor o Sr. Beltrão, o qual mais reside, dizem, nas duas Chacras que possui, do que na Cidade, aonde deve ser sua effectiva residencia. Esperamos que o Sr. Beltrão renunciando a prol do publico, aos seus recreios ou ainda interesses campezinos, queira habitar mais perto dos que d'elle precisão, e a quem elle se comprometteo a servir. Toca porem a s Meritissimos Magistrados dar as providencias no caso de serem baldadas nossas esperanças.

Estamos de posse de uma correspondencia a cerca do miseravel estado a que se achã redido o Chafariz desta Cidade, mas não lhe podemos dar lugar em o presente n.º, porque nos foi antes de hontem entregue. É lastima, que assim se deixe arruinar uma obra tão util, e que tanto dinheiro, bem e mal gasto, custou a Nação. Confiamos no muito zelo e actividade da Camara desta Cidade, que logo mandará concertar o dito Chafariz.

**Sr. Aprendiz de Ferreiro—**

Temos á vista a sua carta acerca da Proposta no Regimento da Cavallaria n.º 17, a qual recebamos hontem á noite, e por sua importancia muito nos peza que não podesse ser hoje publicada para advertir ao Exm.º Presidente do l.º go que está armado (segundo v. m. diz) á sua rectidão. Mas de balde: o Exm.º Presidente terá o cuidado de examinar bem todas as propostas, e integrará minudamente as circumstancias em que se achã todas e cada um dos individuos, que as comodem; e logo terá a lei a menor quebra.—O Redacter.

**Resumo das noticias estrangeiras tirado tanto de cartas particulares, como de papeis publicos.**

Em Portugal na Provincia do Alentejo a cinco leguas de Portel houve uma acção entre os Constitucionalistas e os servís, no dia cinco de Dezembro. Os constitucionales obrigarão os inimigos a fugir para a Hespanha.—Tem havido outros diferentes

choques, tudo por influencia do Governo Hespanhol.—

A Inglaterra toma parte á favor da Carta Constitucional; e sentimos o não podermos dar por extenso o discurso, que a este respeito fez o famoso Ministro Canning, do qual com tudo trar resumo as seguintes passagens: "O nosso dever á vida á defesa de Portugal, seja qual for o invasor.— Internamente arrancam os Portuguezes as suas cousas; porem força externa, em quanto a Inglaterra tiver um braço para levantar em sua defesa, não se ha de empregar para dominar as opinões do povo Portuguez. Verdade é que ainda se não dirigio abertamente força externa contra Portugal; mas que se pode dizer de uma força que procura outros canaes, toma outros figurar, abre caminho para Portugal; esforça se em mudar seu caracter de desordem externa em interna, empregando renegados, e rebeldes com as suas proprias armas? Usou a Hespanha desta força? Não entro na queação se a aggressão procedeo de um Governo, que obro com deliberação e providencia, (e quando cessar d' assira obra de ser um governo) ou se é obra de alguns agentes facciosos, fanaticos que regem os conselhos do governo, que o desafião na Capital, e desobedeem na fronteira. Em todo caso defendamos Portugal: não imos alli vingar a aggressão; mas conservar o. Arvoremos alli no so Estanarte; e onde esta arborado o Estanarte da Inglaterra não os tentem dominio estrangeiro.— Este discurso foi quando Canning foi apresentar á Camara dos Communs a Mensagem de S. M. B. na qual pede a cooperação das Camaras para se poder sustentar Portugal contra a perfida invasão auxiliada pelo Governo Hespanhol.

Perguntaremos de passagem aos nossos Lectores: são os liberaes ou os servís quem pertinha á ordem publica em Portugal?

**Preços correntes dos Grãos da sua Provincia, no Rio de Janeiro**

Assucar fino	2: 200 arrobas
redondo	1: 800
mascavo	1: 600
Café primario qn lidase	3: 000
segunda boa	2: 900
orditura	2: 800
escolha	1: 700
Arroz	5: 000 sac
Agu'ardente de cana	4: 000 pip
cachaça	46: 00
<i>Em Santos</i>	
Assucar—fino	1: 900 arrobas
redondo	1: 600
mascavo	1: 250

**A. N. U. C. O.**

No armazem de Jose Antonio Martins, na rua do Rosario n.º 57, vendem se garrafas de vinho de Lisboa, de 35 azenes por 14: 500 e em uma garrafa de mesmo, resultando se a garrafa, custa 150; e ficou o licor a 290. Uma garrafa de vinho branco da s.º por 240; e om a garrafa por 280. Vinho do Porto engarrafado de 187 dá se por 400, e a garrafa, por 220. Também ha outros varios brancos de diferentes quantidades engarrafados.